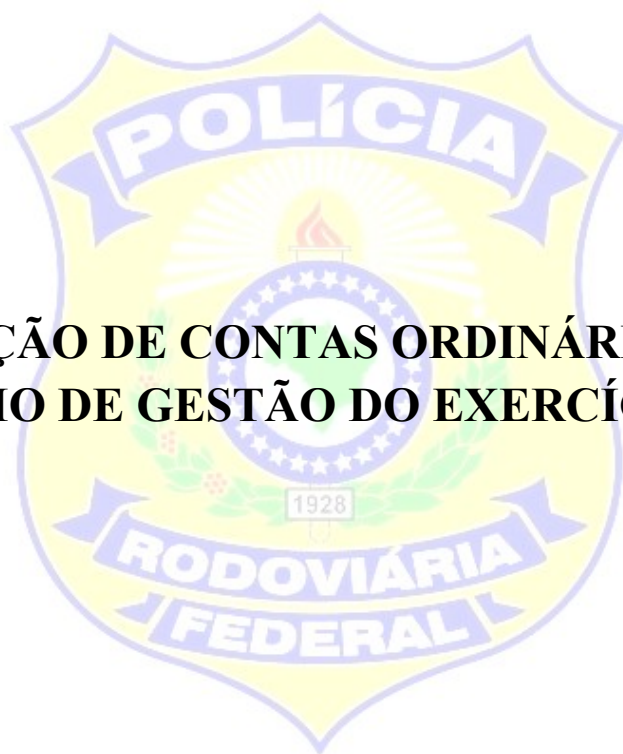




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**VITÓRIA – ES
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

12ª SRPRF – 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Espírito Santo

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	50
II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	51
III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	52
IV - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	53



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	2
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS.....	3
SUMÁRIO.....	4
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
A – CONTEÚDO GERAL.....	10
1. IDENTIFICAÇÃO.....	10
1.1. Relatório de Gestão Individual.....	10
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	11
2.1. Responsabilidades institucionais.....	11
2.1.1. Competências Institucionais.....	11
2.1.2. Objetivos estratégicos.....	12
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	12
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico	12
2.2.2. Análise do plano de ação.....	12
2.3. Programas de Governo.....	12
2.3.1. Execução dos Programas de Governo.....	12
2.3.1.1. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais.....	12
2.3.1.1.1. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	16
2.3.1.1.2. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.....	16
2.3.1.1.3. Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	17
2.3.1.1.4. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.....	17
2.3.1.1.5. Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF. 17	
2.3.1.1.6. Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.....	17
2.3.1.2. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	18
2.3.1.2.1. Ação 2000 – Administração da unidade.....	19
2.3.1.3. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal. 19	
2.3.1.3.1. Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades....	20
2.3.1.3.2. Ação 8623– Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	21
2.3.1.3.3. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação.....	21
2.3.2. Execução física das ações realizadas.....	21



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

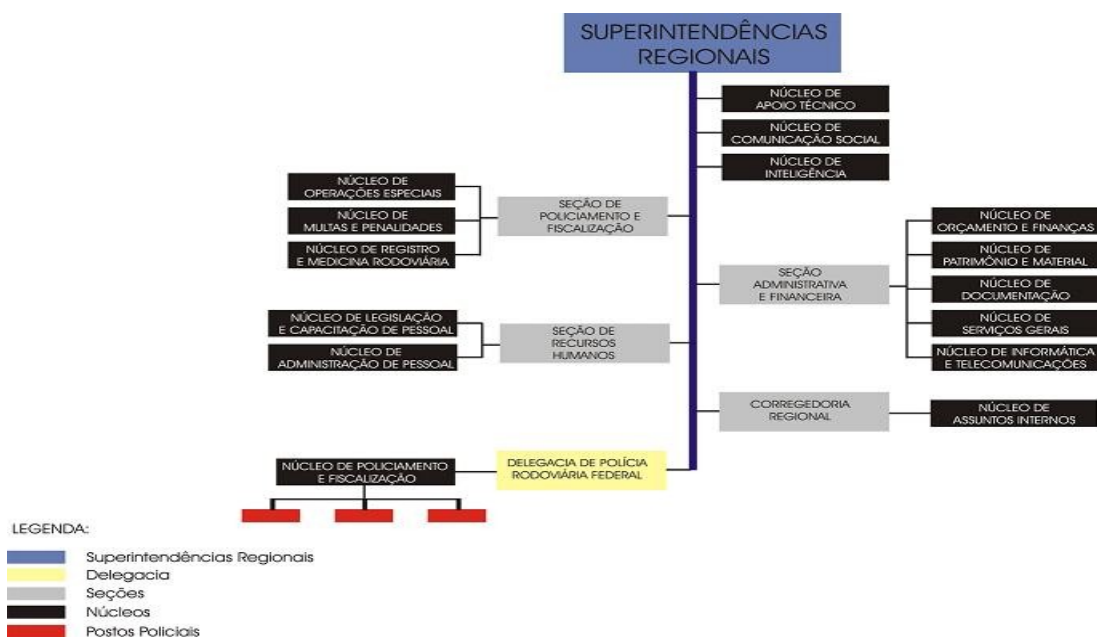
2.3.2.1	Análise crítica.....	22
2.4.	Desempenho orçamentário e financeiro.....	32
2.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa.....	32
2.4.1.1.	Programação de Despesas Correntes.....	32
2.4.1.2.	Programação de Despesas de Capital.....	32
2.4.1.3.	Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	32
2.4.1.4.	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	32
2.4.1.4.1.	Análise crítica.....	32
2.4.2.	Execução Orçamentária da Despesa.....	32
2.4.2.1.	Execução Orçamentária de Créditos originários.....	32
2.4.2.1.1.	Despesas por Modalidade de Contratação.....	32
2.4.2.1.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
2.4.2.1.3.	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
	Análise crítica.....	32
2.4.2.2.	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	32
2.4.2.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	33
2.4.2.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	33
2.4.2.2.3.	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	33
	Análise crítica.....	34
2.4.3.	Indicadores Institucionais.....	34
2.4.3.1.	Programa 0663.....	34
2.4.3.2.	Programa 1386.....	34
2.4.3.3.	Programa 0750.....	34
3.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	35
4.	MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	35
4.1.	Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	35
4.2.	Análise crítica.....	35
5.	RECURSOS HUMANOS.....	35
5.1.	Composição do quadro de servidores ativos.....	35
5.1.1	Quadro de servidores ativos.....	36
5.1.1	Quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010.....	36
5.1.2	Quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010....	37
5.2.	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	37



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

5.2.1	Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010.....	37
5.2.2	Quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010.....	38
5.3.	Composição do quadro de Estagiários.....	38
5.4.	Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	39
5.5.	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	39
5.5.1.	Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva... 39	
5.5.2.	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	40
5.5.3.	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	41
5.6.	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	41
5.6.1.	Absenteísmo.....	41
5.6.2.	Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.....	41
5.6.3.	Rotatividade (turnover).....	42
5.6.4.	Educação continuada.....	42
5.6.5.	Satisfação e motivação.....	42
5.6.6.	Disciplina.....	42
5.6.7.	Desempenho funcional.....	42
5.6.8.	Níveis salariais.....	42
5.6.9.	Demandas trabalhistas.....	43
7.	FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	43
8.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	45
9.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	46
9.1.	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	46
9.1.1.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União.....	47
9.1.2.	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ.....	47
10.	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	48
11.	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	49
12.	DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	49
B –	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	53
1.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	53

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

12ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL – ESPIRITO SANTO

Superintendente

Fábio Rodrigues da Silva

CORREGEDORIA REGIONAL

Alexandre dos Santos Lopes

SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Marcos Rogério de Almeida Aguiar

SEÇÃO DE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Dinorah Angeli Lemos

SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Valnir Borges da Rocha

Missão Institucional

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadão

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2010.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8 e 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, o item 1 da parte B, constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens 2.4.1; 2.4.2; 3.1; 6.1; 15.1; 15.2 e seus respectivos quadros, que constam do anexo II da DN TCU nº 107/2010 e da sequência numérica da Portaria TCU nº 277/2010 não foram preenchidos e nem comentados, por não se aplicam à natureza jurídica da UJ ou por não haver nenhum registro contábil.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2010. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

No Estado do Espírito Santo, a Polícia Rodoviária Federal atua na fiscalização e policiamento de 764,7 quilômetros de rodovias. No ano de 2010, ocorreram 7.296 acidentes na circunscrição da Unidade, resultando num total de 3.502 feridos e 295 mortes, que representam, em paralelo aos números do ano de 2009, aumentos da ordem de 17/92% em relação ao quantitativo de acidentes, de 11,77% em comparação ao número de feridos e de 40,47% quando equiparado às mortes.

Apesar do aumento substancial da frota, esses números ainda são reflexo da precária situação da malha rodoviária, da imprudência dos condutores e do insuficiente número de policiais rodoviários federais, para exercer as diversas missões atribuídas à função, já que as causas mais frequentes para a ocorrência de acidentes são o excesso de velocidade, as ultrapassagens em locais proibidos e realizadas de forma indevida, a não manutenção da distância regulamentar e a embriaguez ao volante.

Na tentativa de minorar esses números, a Polícia Rodoviária Federal conta com 222 policiais federais em solo espírito-santense, cujo trabalho resultou em 40.508 autos de infrações, 1151 CNH's recolhidas e 4.795 veículos retidos, de um total de 102.195 fiscalizados.

No combate à criminalidade, podemos ressaltar a apreensão de 19.385 gramas de cocaína, 7.910 gramas de crack e 86.362 gramas de maconha, bem como apreensão de 37 armas, e 280 munições.

Ainda no combate a criminalidade, foram recuperados 88 veículos, detidas 1.237 pessoas por tráfico de entorpecentes, roubo ou furto de veículos e cargas, contrabando, descaminho, crimes de trânsito e ambientais e 18 menores infratores.

Com o objetivo de alcançar os resultados definidos nos programas e ações governamentais, a Unidade pretende cumprir suas atribuições com mais eficiência, buscando sempre resguardar a segurança pública, tendo como metas a redução do número de acidentes e mortes nas rodovias federais, combater a criminalidade, melhorar a sensação de segurança e contribuir para o bem estar da sociedade.

FÁBIO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 12ª SRPRF/ES			
Código SIORG: Não se Aplica	Código LOA: Não se Aplica		Código SIAFI: 200126
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(27)3212-6900	(27)3212-6912	(27)3212-6906
E-mail: sup.es@dprf.gov.br ; saf.es@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.214, Bento Ferreira, Vitória, Espírito Santo, CEP 29050-626.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento interno instituído pela Portaria nº 1.375 de 02 de agosto de 2007, publicado no Diário Oficial de União nº 150 de 06 de agosto de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200126	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		

200126	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
Não Existe	99999	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As principais realizações da gestão administrativa no exercício de 2010 estiveram voltadas a supressão das deficiências relacionadas a fiscalização e gestão contratuais, regularização documental e adequação dos imóveis que ocupa, com contratações de projeto para construção de edifício sede e de execuções de obras de reformas dos postos de fiscalização, além da realização de licitações para aquisições de materiais permanentes e de consumo para funcionamento e manutenção da Unidade, buscando sempre alcançar os planejamentos estratégicos e orçamentários.

Concernente a fiscalização e gestão contratuais, ficou demonstrado que essas necessitavam de especial atenção quanto a descentralização, capacitação dos servidores e padronização de procedimentos, tudo com o objetivo de dar uma correta aplicação aos recursos orçamentários, de forma que os princípios da legalidade e eficiência pudessem prevalecer nos atos praticados pela Administração da Unidade.

Não obstante os trabalhos desenvolvidos no decorrer do exercício de 2010, é de conhecimento notório as limitações estruturais e financeiras impostas a Unidade pelo Governo Central.

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

A 12ª SRPRF/ES é unidade integrante da estrutura regimental do Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pelo art.144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado de Justiça, publicada no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2007, bem como pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, que estipula as seguintes atribuições:

- Realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;
- Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;
- Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- Realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

- Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;
- Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- Executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);

- Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais;

Atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O planejamento estratégico da Unidade Jurisdicionada está atrelado às decisões exaradas pelo Órgão Central, responsável pelas tomadas de resoluções políticas e econômicas quanto as opções de direção, atuação e mudanças de prioridades organizacionais ao longo do exercício, decorrentes de riscos e ameaças ao desempenho da estratégia de atuação.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

A principal decisão de atuação da Unidade Jurisdicionada tem sido a adequação de suas instalações físicas aos conceitos e normatizações atualizados, com a construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

Tal estratégia de atuação pode ser desenvolvida pela Unidade, pois os recursos destinados a tais investimentos têm sido destacados no orçamento por meio de concessões de emendas parlamentares.

Contudo, a falta de pessoal especializado nas áreas de planejamento estratégico e de atividades técnicas no quadro de servidores do DPRF, agravada pelo reduzido número de policiais e servidores administrativos, acaba por comprometer a atuação estratégica e influenciar nas decisões do Órgão Central como coordenador das decisões da Unidade.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1) Programa 0663 – Segurança Pública Rodovias Federais

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança Pública nas Rodovias Federais				
Tipo do Programa:		Finalístico				
Objetivo Geral:		Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito				
Objetivos Específicos:		Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais				
Gerente:		Hélio Cardoso Derenne				
Responsável:		Alvarez Simões Filho				
Público Alvo:		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		1.182.248,36	982.257,37	199.990,99	982.257,37	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (Unidade)		9,631	12,713	105,95	125,77
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Sobre o não atingimento da meta estabelecida, chegamos as seguintes conclusões: Foi divulgado pela imprensa local que os equipamentos eletrônicos de fiscalização de velocidade, os sensores de avanço de semáforo instalados pelo DNIT, não estavam mais em funcionamento; Pontos de paradas de ônibus instalados em locais impróprios; Os acidentes estão dispersos, dificultando em muito a realização de uma ação mais direcionada;						

Crescimento do PIB do Estado do Espírito Santo na faixa de 10% ao ano, gerando um fluxo intenso de veículos, principalmente veículos de cargas;

Muitas obras com sinalização deficiente ao longo das rodovias e distância grande de fresagem do piso asfáltico, causando muitos acidentes com motocicletas;

Demora na conclusão das obras na região do contorno de Vitória. O Local é cercado por bairros carentes, contribuindo para o alto índice de mortalidade.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (Unidade)		0,385	0,494	4,09	5,07

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.

Análise do Resultado Alcançado

Sobre o não atingimento da meta estabelecida, chegamos as seguintes conclusões:

Foi divulgado pela imprensa local que os equipamentos eletrônicos de fiscalização de velocidade, os sensores de avanço de semáforo instalados pelo DNIT, não estavam mais em funcionamento;

Pontos de paradas de ônibus instalados em locais impróprios;

Os acidentes estão dispersos, dificultando em muito a realização de uma ação mais direcionada;

Crescimento do PIB do Estado do Espírito Santo na faixa de 10% ao ano, gerando um fluxo intenso de veículos, principalmente veículos de cargas;

Muitas obras com sinalização deficiente ao longo das rodovias e distância grande de fresagem do piso asfáltico, causando muitos acidentes com motocicletas;

Demora na conclusão das obras na região do contorno de Vitória. O Local é cercado por bairros carentes, contribuindo para o alto índice de mortalidade.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Sensação de Segurança (%)	xxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx

Fórmula de Cálculo do Índice

Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.

Análise do Resultado Alcançado

No exercício de 2010 não foi possível efetuar a pesquisa com os usuários de rodovias federais para mensuração do indicador.

Fonte: SIAFI 2010

Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo

As atividades deste programa são finalística, depende de operações que envolve exclusivamente a ação do Policial Rodoviário Federal. As ações são prejudicadas pela redução gradativa do efetivo a cada exercício e a indisponibilidade de recursos suficiente para atender as demandas. Como consequencia o não cumprimento das metas programadas.

RESULTADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Visando atender as metas previstas no programa, a Unidade priorizou a implementação de operações, visando proporcionar uma maior sensação de segurança para a sociedade e diminuir os índices de acidentes, conforme a seguinte apresentação de resultados.

NÚMERO DE ACIDENTES	2009	2010
Sem Vitimas	3.948	4.849
Com Ferimentos	2.072	2.213
Com Morte	167	234
Total Pessoas Envolvidas	3.343	3.797
Total de Pessoas Mortas	210	295

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	2009	2010
Autuções	42.876	40.508
Autos de Infração extraídos	42.566	40.508
CNH Recolhidas	1292	1.151
Documentos Retidos	2.928	3.300
Veículos Retidos	4.896	4.795
Veículos Fiscalizados	128.317	102.195
Animais Recolhidos	65	79
Auxílio Usuário	593	471
Escolta / Batedor	206	196

OCORRÊNCIAS DE APREENSÕES	2009		2010	
	Ocor	Quant	Ocor	Quant
Drogas	36	641.598 gramas	24	113.657 gramas
Contrabandos	12	24.581 Unidades	7	9.050 Unidades
Armas	54	69 Armas	32	37 armas
Munições	64	686 Unidades	28	280 Unidades

OUTRAS OCORRENCIAS	2009	2010
Carga Roubadas	1	1
Carga Recuperada	5	1

Meio Ambiente	12	7
Pessoas Detidas	1.282	1.237
Crimes Diversos	1.140	1.160
Crianças/Adolescentes	17	18

Com objetivo de atingir os indicadores propostos para o programa, foram executados as seguintes ações:

AÇÃO 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar equalificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Policia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.

AÇÃO 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente

	desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
--	--

AÇÃO 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

AÇÃO 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

AÇÃO 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

ACÇÃO 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

2.3.1.2) Programa 0750 – Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo					
Tipo do Programa:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral:	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos					
Objetivos Específicos:	Ação 2000 – Administração da Unidade					
Gerente:	Não Existe					
Responsável:	Não Existe					
Público Alvo:	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		1.525.343,16	1.372.093,72	153.249,44	1.372.093,44	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se Aplica	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Fórmula de Cálculo do Índice						
Programa padronizado, comum a toda a Administração, utilizado para apropriar as despesas não relacionadas a programas finalísticos ou ações orçamentárias específicas, não possuindo índice de mensuração de resultado.						
Análise do Resultado Alcançado						
Programa contempla despesas da manutenção da unidade (fornecimento de energia elétrica, água, limpeza e conservação, vigilância armada, locação de serviços terceirizados, etc...), cuja execução depende de limite orçamentário, que no exercício não foi integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.						

Fonte: SIAFI 2010

Dos Eventos negativos que prejudicaram a execução dos Programas de Governo

A restrição de recursos orçamentário insuficientes para manter o mínimo do funcionamento da estrutura da unidade, limitando-se apenas a execução de despesas essenciais,

consequentemente inviabilizando a execução de qualquer tipo de planejamento.

Dos Eventos positivos que facilitaram a execução dos Programas de Governo

São as reuniões de trabalhos desenvolvidas pelas Coordenações Gerais do DPRF, entre elas a da CGA/DPRF que tem por objetivo definir a execução dos recursos constantes da LOA, as aquisições centralizadas pelas UCC, e o início da implantação de sistemas (SIPAC) que possibilitaram no futuro melhor gestão dos recursos.

AÇÃO 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

2.3.1.3) Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária

Federal

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1386	Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal
Tipo do Programa:	Finalístico
Objetivo Geral:	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Objetivos Específicos:	200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação
Gerente:	Hélio Cardoso Derenne

Responsável:	Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM					
Público Alvo:	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		551.644,27	402.382,92	149.261,35	402.382,92	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Coefficiente de Adequação das Unidades Operacionais		xx	xx	xx	56,11
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício não houve nenhuma contratação para reforma dos posto, apenas aditivados os contratos firmados em 2009 e executados em 2010. Também não houve aquisição de equipamento. Aquisições de nova viaturas que serão entregues no exercício de 2011.						

Fonte:Siafi 2010

Dos Eventos negativos que prejudicaram a execução dos Programas de Governo

A não liberação dos recursos prejudicando os procedimentos licitatórios, atraso na entrega do projeto arquitetônico da construção da nova sede da 12^a SRPRF/ES.

Necessidade de reforma dos Posto de Safra e São Mateus.

Não houve, por parte da Unidade Orçamentária (200109) a descentralização e divulgação dos índices das Unidades Jurisdicionárias.

Não houve no exercício nenhum incremento na area de tecnologia, os equipamentos estão defasados e com funcionamento precario.

Dos Eventos positivos que facilitaram a execução dos Programas de Governo

Liberação de recursos para aditivar os contratos de reforma e ampliação dos Posto de Viana, Linhares e São Mateus, permitindo continuidade dos serviços contratados;

Construção do canil.

AÇÃO 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões

	Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

AÇÃO 8623 – REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
06	128	0663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Servidor Capacitado	Meta consignada na LOA para Unidade Orçamentária 200109	418	Meta consignada na LOA para Unidade Orçamentária 200109
06	181	0663	2723	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Procedimento Realizado			
06	183	0663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Operação Realizada		56	
06	181	0663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Pessoa Atendida		863	
06	181	0663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Multa Processada		0	
06	452	0663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Pessoa Capacitada			
06	122	0750	2000	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	xxxx		xxx	
06	181	1386	200G	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Obra Realizada		0	
06	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Unidade Reformada		0	
06	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Sistema Manutenido %			

Da Análise crítica

A análise crítica da execução física fica prejudicada uma vez que a Unidade Jurisdicionada não está contemplada na LOA, as metas estão definidas apenas para a Unidade Orçamentária e que a execução das atividades estão vinculadas a liberação de recursos pelo Órgão Central.

Não existe metas físicas definidas na LOA

As ações são executados conforme liberação de recursos e diretriz do órgão central (200109), conforme demonstrado no item 2.3 deste relatório.

Algumas metas não foram aferidas por não haver na UJ a centralização do dados, como no caso das atividades de Educação de Transito, em que são designado servidores para realizar palestra.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 105.887,17 o que representa 6.98% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 80.382,59 – representa 75,91% do valor empenho da ação – sendo que apenas 11,76% foi executados com atividades promovidas pela Unidade, conforme demonstrado no quadro abaixo e 88,24% em deslocamentos de servidores participar de eventos de capacitação promovidos pelo DPRF.

33.90.33 – Passagens Aérea – R\$ 25.504,58 – representa 24,09% do valor empenho da ação – foram executados em deslocamentos de servidores para participar de eventos de capacitação promovidos pelo DPRF.

Dos valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 6.247,46.

Nesta ação foram executados os seguintes cursos de capacitação:

CURSO	PROMOÇÃO	SERVIDOR	LOCAL	CARGA HORÁRIA	CUSTOS R\$
CURSO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO – AVALIAÇÃO DE DANOS E MONTA Processo nº 08.667.000.123/2010-07	12ª SRPRF/ES	38 PRF'S	Cariacica SEST/SENAT	10 horas-aula	0,00
TIRO DE INSTRUÇÃO BÁSICO (TIB) COM O FUZIL AUTOMÁTICO LEVE (FAL) Ofício 720/GAB.SUPER., de 05 de maio de 2010.	12ª SRPRF/ES em parceria com o 38º BI EXÉRCITO BRASILEIRO	09 PRF's	38º BI Vila Velha/ES	07 horas-aula	0,00
CURSO DE HABILITAÇÃO DO EMPREGO DO ESPARGIDOR DE PIMENTA Processo nº 08.667.001.891/2010-70	12ª SRPRF/ES	174 PRF'S e 8 Convidados	Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares	04 horas-aula	672,12
CURSO OPERACIONAL DE ROTAM (RONDA OSTENSIVA TÁTICA MOTORIZADA) Ofício nº 214/2010 – Divisão de Instrução, Polícia Militar do ES, de 19/07/2010	12ª SRPRF/ES em parceria com a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – PMES	01 PRF	CFA, Cariacica/ES	240 horas-aula	0,00
TIRO DE INSTRUÇÃO BÁSICO (TIB) COM O FUZIL AUTOMÁTICO LEVE (FAL) Ofício 720/GAB.SUPER., de 05 de maio de 2010.	12ª SRPRF/ES em parceria com o 38º BI EXÉRCITO BRASILEIRO	17 PRF's	38º BI Vila Velha/ES	07 horas-aula	0,00
CURSO DE PAD Memorando nº 129/2010-GAB.SUP, de 09 de agosto de 2010.	Oferecimento de vagas pela Controladoria Geral da União (CGU)	5 PRF's e ADM's.	Auditório da GRA, Vitória/ES	40 horas-aula	0,00
OPERAÇÃO TEMÁTICA SOBRE TRANSPORTE DE PESO Processo nº 08.667.003.553/2010-72	12ª SRPRF/ES	24 PRF's	Sala de Aula da Sede da 12ª SRPRF	40 horas-aula	4.160,05
CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO Processo nº 08.667.002.966/2009-04	12ª SRPRF/ES	150 PRF'S	Vitória, Cachoeiro do Itapemirim e Linhares	20 horas-aula	4.620,09

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 1.024.274,90 o que representa 86,64% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 161.763,95 – representa 15,79% do valor empenho da ação - executados nas seguintes operações:

RELATÓRIO DE DIÁRIAS OPERACIONALIS - 2010			
OPERAÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	RESULTADO
Operação Gralha Azul	Necessidade de garantir a fluidez e a segurança do trânsito, combater a criminalidade, promover a fiscalização e o atendimento a acidentes nas rodovias federais do Estado do Paraná	13/01 a 17/02/2010	Foi Reforçado o policiamento, a fiscalização e o atendimento a acidentes
Operação NOE	Necessidade de intensificar a fiscalização na BR 101 Norte	22/01/2010	07 Pessoas Detidas; 02 Veículos Recuperados; 2330 DVD's Piratas
Operação NOE	Necessidade de apoiar a	24/01 a 25/01/2010	Foi realizado o referido

	Polícia Federal numa ação na BR 101 norte		apoio
Operação NOE	Necessidade de intensificar a fiscalização na BR 101 Sul	26/01/2010	Foram abordados diversos veículos
Operação NOE	Apoio ao DCC na operação Serra Dourada no Estado de Goiás	26/01 a 10/02/2010	Foi realizado o apoio operacional
Estágio Canil Central	Necessidade de promover aprimoramento técnico e interação entre os canis Regionais com o Canil Central	02/02 a 14/02/2010	Foram realizados treinamentos na identificação de drogas.
Operação Carnaval	Necessidade de Intensificar reforço no policiamento e na fiscalização de trânsito na Operação Carnaval	12/02 a 17/02/2010	130 Acidentes; 71 Feridos; 05 Mortes; 5509 Notificações; 1019 Testes de Etilômetro; 16 Pessoas Detidas e 01 Veículo Recuperado.
Operação NOE	Necessidade de Implementar ações de repressão à criminalidade na BR 101 Sul, divisa do Estado do Espírito Santo com Rio de Janeiro	23/02 a 24/02/2010	Foram abordados diversos veículos
EDA	Necessidade de aperfeiçoamento na utilização dos aparelhos EDA's, bem como sanar os problemas encontrados nos referidos equipamentos	22/02 a 24/02/2010	Foram feitas manutenções nos equipamentos
Operação Galha Azul	Necessidade de garantir a fluidez e a segurança do trânsito, combater a criminalidade, promover a fiscalização e o atendimento a acidentes nas rodovias federais do Estado do Paraná	17/02 a 27/03/2010	Foi Reforçado o policiamento, a fiscalização e o atendimento a acidentes
Operação NOE	Necessidade de interceptar um veículo que está vindo da região de fronteira	27/02 a 28/02/2010	Foram deslocados policiais para as divisas do Estado
Entrega de AR's	Necessidade de encaminhar AR's do Núcleo de Multas, bem como enviar duas viaturas IVECOFIAT de Placas MRI 1154 e MRI 1064	28/02 a 04/03/2010	Foram encaminhados para Brasília aproximadamente 40.000 AR's e entregues duas viaturas resgate em Fortaleza
Operação Temática	Treinamento teórico e prático sobre Transporte de Passageiros	01/03 a 05/03/2010	123 Veículos Fiscalizados; 45 Notificações e 03 Veículos Retidos.
Entrega de VTR	Transportar duas viaturas Iveco para Fortaleza	2/02 a 02/03/2010	Viaturas entregues

Operação NOE	Solicitação de apoio da Delegacia de Viana na repressão à criminalidade na BR 262, região do caparaó	08/03 a 09/03/2010	07 Notificações, 02 Veículos Recuperados, 01 Veículo Apreendido e 01 Pessoa Detida.
Operação NOE	Apoiar a Delegacia de Guarapari na repressão ao roubo de cargas na BR 101 Sul, divisa com Rio de Janeiro	22/03 a 25/03/2010	07 Notificações; 02 Veículos Recuperados e 05 Pessoas Detidas.
Operação Transp. Passageiros	Necessidade de intensificar a fiscalização ao transporte de passageiros na Operação Semana Santa	31/03 a 05/04/2010	102 Veículos Fiscalizados; 28 Notificações e 06 Veículos Retidos.
Workshop	Participação no Workshop promovido pela Transcares	08/04/2010	Participação Efetiva no evento
Operação NOE X NUIINT	Necessidade de interceptar um veículo que está vindo da região de fronteira	10/04/10 09:00	Foram abordados diversos veículos
Operação Transp. Passageiros	Apoiar a ANTT na intensificação da fiscalização ao transporte de passageiros	21/04 a 26/04/2010	68 Veículos Fiscalizados; 26 Notificações; 03 Veículos Retidos e 01 CNH Recolhida.
Reunião de SPF's	Participar da Reunião de Seção de Policiamento Regional	26/04 a 30/04/2010	Participação Efetiva no evento
Operação NOE	Necessidade de Implementar ações de repressão à criminalidade na BR 101 Norte, divisa do Estado do Espírito Santo com Bahia	17/05 a 21/05/2010	145 Veículos Fiscalizados; 160 Pessoas Fiscalizadas; 27 Notificações; 01 Arma Apreendida; 09 Munições; 03 Pessoas Detidas e um Menor Encaminhado.
Operação de Fiscalização	Necessidade de Intensificar a fiscalização de trânsito na BR 101 Norte	12/05/10 11:00	Resultado prejudicado pelas chuvas.
Operação NOE X NUIINT	Necessidade de apoiar o Núcleo de Inteligência na interceptação de um ônibus que seguia do Rio de Janeiro para Guarapari	06/05 a 07/05/2010	02 Pessoas Detidas; 14 kg de Maconha; 280 gr de Pasta Base de Cocaína e 750 gr de Crack.
Cinotecnia	Participação do curso de cinotecnia que será realizado na cidade de Cuiabá/MT	15/05 a 27/06/2010	Treinamento concluído, tanto os guias, quanto os cães foram aprovados com êxito.
Operação NOE X NUIINT	Necessidade de dar cumprimento a um mandado de busca e apreensão, solicitado pelo Ministério Público Estadual e determinado pela Juíza da Comarca da cidade de Muniz Freire/ES	12/05/2010	02 Pessoas Detidas; 02 Armas de Fogo; 07 munições e 01 Veículo Recuperado.
Operação Transp. Passageiros	Necessidade de intensificar a fiscalização na Operação	02/06 a 07/06/2010	89 Veículos Fiscalizados; 12 Notificações; 03 Veículos

	Corpus Christi		Retidos e 02 Transbordo.
Operação Lothur	Necessidade de dar cumprimento a um mandado de busca e apreensão, no Estado da Paraíba.	06/06 a 18/06/2010	Cumpriu mandado de busca em Recife e João Pessoa.
Operação de Fiscalização	Necessidade de Intensificar a fiscalização de trânsito na BR 101 Norte	30/06 a 05/07/2010	163 Veículos Fiscalizados; 01 Veículo Retido; 16 Notificações e 01 CNH Recolhida.
Operação NOE	Necessidade de intensificar a repressão a criminalidade na BR 262, região do caparaó, bem como apoiar o Ministério Público do Trabalho	12/07 a 16/07/2010	48 Veículos Fiscalizados; 205 Pessoas Fiscalizadas; 27 Notificações; 05 Pessoas Detidas, 36,7kg de maconha. 20 Empresas Fiscalizadas; 300 empregados em situação irregular.
Operação NOE	Necessidade de realizar levantamentos para realização da operação de repressão a criminalidade na BR 262, região do caparaó	10/07/10 09:00	Foi realizado o levantamento na região e uma fiscalização aos locais que vendem bebidas alcoólicas
Operação Transp. Passageiros	Necessidade de apoiar a 3ª Delegacia na execução do planejamento operacional 2010	15 a 18/07/2010	Foi realizada uma operação de Fiscalização ao Transporte de Passageiros
Operação NOE	Necessidade de coordenar os trabalhos da Operação Caparaó	13 a 14/07/2010	Participação na Apreensão de 36,7kg de maconha
Operação Transp. Passageiros	Necessidade de intensificar a fiscalização de trânsito na BR 259 e BR 101 Norte04 a 08/08/2010		Foi realizada uma operação de Fiscalização ao Transporte de Passageiros
Operação Temática	Treinamento teórico e prático sobre Transporte de Peso	13/08 a 17/08/2010	278 Veículos Fiscalizados; 218 Pessoas Fiscalizadas; 11 Testes de Etilômetro; 93 Notificações, sendo 33 de Excesso de Peso; 19 Pessoas Detidas; 38 veículos retidos e 15 Notificações da Delegacia Regional do Trabalho.
Operação NOE	Necessidade de implementar ações de repressão ao tráfico de drogas	06/08 a 07/08/2010	
Operação NOE	Necessidade de apoiar as ações do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho	11/08 a 13/08/2010	06 Empresas Fiscalizadas e 06 Notificações Aplicadas.
Operação NOE	Necessidade de intensificar ações de repressão ao tráfico de drogas	02/09/10	04 Pessoas Detidas, 01 Arma de Fogo, 38 Notificações e 01 Veículo Retido
CMR.ES	Necessidade de enviar duas	31/08/2010	Foram encaminhadas duas

	motocicletas para a Delegacia de Linhares		motocicletas para a Delegacia de Linhares
Operação Sete de Setembro	Necessidade de intensificar a fiscalização na Operação Sete de Setembro	03/09 a 04/09/2010	Supervisão e Apoio a Delegacia de Linhares durante a Operação
Operação NOE	Necessidade de intensificar a repressão à criminalidade na BR 101 Norte divisa do Espírito Santo com a Bahia	13/09 a 17/09/2010	154 Veículos Fiscalizados; 06 Veículos Retidos; 166 Pessoas Fiscalizadas; 124 Notificações; 01 CNH Recolhida, 01 CNH Falsa e 03 Pessoas Detidas.
Operação NOE	Necessidade de apoiar o NOE/RJ no combate ao roubo de cargas	14/09 a 18/09/2010	Cumprimento mandado de buscas
Operação NOE	Necessidade de apoiar o NOE/ES no combate a criminalidade na BR 101 Norte		Apoio ao NOE
Operação NOE	Necessidade de apoiar a Justiça Eleitoral da cidade de Linhares/ES	01/10 a 03/10/2010	35 Veículos Fiscalizados; 42 Pessoas Fiscalizadas, 45 Notificações e cumprimento de um mandado de busca.
Operação Sentinela	Intensificar a fiscalização nas fronteiras do Brasil	06/10 a 10/11/2010	Foram enviados policiais para reforçar o policiamento em Mato Grosso do Sul e Paraná
Operação GOC	Apoiar a Delegacia de Repressão a Entorpecente da Polícia Federal	29/09/2010	Foram efetuadas buscas em área rural com os cães farejadores.
Operação Nossa Senhora Aparecida	Necessidade de intensificar a fiscalização durante a Operação Nossa Senhora aparecida	09/10/10	Foram distribuídas viaturas ao longo dos trechos.
Operação Sentinela	Intensificar a fiscalização nas fronteiras do Brasil	06/11 a 10/12/2010	Foram enviados policiais para reforçar o policiamento em Mato Grosso do Sul e Paraná
Operação NOE	Escortar testemunha ameaçada de morte	21 a 22/10/2010	Foi realizada a escolta da testemunha, juntamente com os servidores da Secretaria de Direitos Humanos.
ENEM	Escortar as provas do ENEM 2010	31/10 a 02/11/2010	Foi realizada a escolta com dois policiais de São Paulo a Vitória.
ENAD	Escortar as provas do ENAD 2010	13/11 a 15/11/2010	Foi realizada a escolta com dois policiais de São Paulo a Vitória.
Comando de Saúde	Realizar o Comando de Saúde Regional	24/11/2010	Foi realizado o comando na cidade de Iconha/ES
Operação Divisa Sul	Intensificar a repressão a criminalidade na divisa do Estado do Espírito Santo	27/11 a 07/12/2010	240 notificações, 01 arma de fogo, 11 munições e 07 pessoas detidas.

	com Rio de Janeiro		
Operação Édige	Implementar ações de repressão ao grupos criminosos no Estado do Rio de Janeiro	01/12 a 16/12/2010	Foram realizadas rondas dinâmicas ao longo das rodovias federais.
Operação NOE	Necessidade de interceptar um veículo que está vindo da região de fronteira	11/12/2010	Foi realizada a abordagem do veículos, porém na foi encontrado.
Operação Natal	Necessidade de intensificar a fiscalização durante a Operação Natal	23 e 23/12/2010	Os policiais realizar apoio durante a operação na Delegacia de Linhares.

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 700.266,13 – representa 68,37% do valor empenhado da ação – sendo que 44,84% foram despesas com combustíveis, 23,41% com peças e pneus para manutenção das viaturas e 0,12% despesas diversas.

33.90.33 – Passagem Aérea – R\$ 3.059,12 – representa 0,30% do valor empenhado da ação – Referente a despesa com locação de servidores para reunião de trabalho.

33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 159.185,70 – representa 15,54% do valor empenhado na ação – sendo que 71,92% deste valor refere-se a manutenção de viaturas (serviços de oficinas), e 28,08% despesas diversas tais como: Taxa de administração do sistema de abastecimento. Manutenção de equipamentos (radio, etilômetro).

Dos valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 189.754,03.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 6.786,88 o que representa 0,63% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 2.797,38 – representa 41,22% do valor empenhado na ação – Refere-se a deslocamentos de servidores em operações da área de inteligência.

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – representa 58,78% do valor empenhado na ação – (Aquisição de equipamentos específicos para serviços de inteligência – inscritos em restos a pagar)

Dos valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 3.989,50

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 6.786,88 o que representa 0,63% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 821,48 – representa 2,20% do valor empenhado na ação – Refere-se a deslocamento de servidores nos comandos de saúde.

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 16.727,50 – representa 44,80% do valor empenhado na ação – Aquisições de Fitas reagentes, fitas glicemia, triglicemias e colesterol.

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 19.786,80 – representa 53,00% do valor empenhado na ação – Referente a aquisições de Aparelhos de avaliação de gordura corporal, Oxímetro portátil, monitor portátil de exame e Aparelho Raizamed.

Durante o ano de 2010 ocorreram 3 eventos Comandos de Saúde na 12ª SRPRF/ES seguindo o calendário Nacional:

- 14 Março na BR 101 no município de Serra com atendimento a 261 condutores;
- 30 Junho na BR 101, no município de Linhares com atendimento a 321 condutores;
- 24 Novembro, na BR 101, no município de Iconha, com atendimento a 281 condutores.

Estes eventos contaram com as seguintes coordenações: PRF e SEST/SENAT e com as seguintes parcerias do 38 Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, do Detran, Sindicato dos Corretores de Seguros - Sincor, Sindicato dos Locatários de veículos Sindiloc, Seguros Banco do Brasil, Empresas Certificados pelo Inmetro IQT e Civa, Posto de Combustível Jaracatiá, Posto de Combustível e Posto de Combustível Serramar, Posto de Combustível Timbuibão 2, Unesc – Centro Universitário do Espírito Santo, Prefeitura Municipal de Linhares – Secretaria Municipal de Saúde, Vix Turismos, Centro Universitário São Camilo.

Nos comandos de saúde realizados no Espírito Santo deve-se dar destaque a união de esforços das unidades do SEST/SENAT que em todos os eventos, se organizam e distribuem tarefas conjuntamente, demonstrando o interesse e a satisfação que esta entidade tem nestes eventos. Toda estrutura de logística – transporte, contatos com os postos de combustível, alimentação das equipes e lanches dos condutores, servidores voluntários que atuam nas atividades e toda a logística necessária ao comando que a PRF solicitasse. Em geral a PRF ficou com a responsabilidade de treinar equipes quando necessário, contactar alguns parceiros e providenciar os materiais e aparelhos que a DISAS disponibiliza pra a realização dos comando de saúde, além de recrutar pessoal e logística para levar as equipes da PRF para o evento, bem como realizar as divisões das equipes de ação no comando e atuação no evento nas abordagens.

Algumas questões estão pendentes com relação a realização dos comandos de saúde, causando desmotivação e desinteresse por parte da PRF na realização dos eventos, principalmente no que tange a:

1º – Quebra de continuidade do programa de atendimento aos condutores pelas unidades do SEST/SENAT. Nos eventos houve divulgação e marcação de consultas para estes trabalhadores com especialista, bem como a data e o local que melhor os atendessem, mas não houve retorno destes condutores;

2º – Falta de visualização, pela gestão dos Comandos de Saúde nas Regionais da PRF, de elementos que justifiquem a motivação relacionada ao empenho e dedicação nestas atividades. O que se depreende de tais impressões, em nível de gestão operacional, permite-se identificar a falta de um maior clareamento dos objetivos de tais ações, e, por conseguinte, atribuir a eventuais arrefecimentos de ânimo um maior peso aos ruídos de comunicação com os organizadores em Brasília, e menos por falta de um trabalho que esteja em pleno desenvolvimento. Em suma, o aperfeiçoamento dessa comunicação garantirá que os esforços dispendidos pela Regional em tempo, recursos, trabalho, equipes, viagens e celebração de parcerias careçam de superar a mera obtenção de dados estatísticos, que podem vir a se tornar saturados em interregnos superiores a três anos, mas antes sim, em contra partida, a busca do estabelecimento, junto a outros órgãos e entidades, de medidas que possam auxiliar este trabalhador em sua vida cotidiana, citando exemplos tais como: o estabelecimento de trabalho junto com o Ministério da Saúde, do Desenvolvimento Social, etc de ações que melhorem a vida deste profissional em sua área de atuação – nas rodovias federais.

3º – Falta de um resumo do comando de saúde nacional ao final de cada evento. Após a realização de cada evento os gestores ficam sem saber como foram as experiências dos outros estados, o quantitativo de pessoas atendidas, a repercussão destes eventos em cada estado. Isto desmotiva a equipe a buscar a cada evento realizar algo melhor e maior;

4º – Falta de comunicação entre os gestores dos comandos de saúde nos estados e a sede em Brasília que durante as fases de organização do evento e pós evento poderiam se comunicar e trocar experiências, dando sugestões e deste modo cada estado procurar fazer a cada vez mais e melhor;

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 4.423,62 o que representa 0,41% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 3.281,60 – representa 74,18% do valor empenhado na ação – Aquisição de auto de infração

33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 1.142,02 – representa 25,82% do valor empenhado na ação – Manutenção de EDA

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 3.540,00 o que representa 0,33% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, sua execução ocorreu na aquisição de material de transito (banner e brinquedos pedagógicos).

As atividades desta ação estão baseadas na realização de palestras em empresas privadas, resultado não apurado, uma vez que na UJ os dados não estão centralizados.

Outra atividades realizada em 2010 foi a realização do 1º FESTIVAL ESTUDANTIL TEMÁTICO - TEATRO PARA O TRÂNSITO NO ESPÍRITO SANTO / 12ª SRPRF

Em sua primeira edição no Estado, o Fetran, organizado pela Polícia Rodoviária Federal com o apoio de empresas parceiras, envolveu 11 (onze) escolas da Prefeitura Municipal de Cariacica e uma da Prefeitura de Vitória. Diretamente, o Fetran atingiu cerca de mil pessoas, entre adultos e crianças que estiveram presentes nos dois dias de apresentação.

O Fetran – Festival Estudantil Temático - Teatro para o Trânsito, é um projeto de cunho educacional que visa levar o conhecimento da legislação de trânsito vigente à crianças e adolescentes, de escolas públicas e particulares, por meio das artes cênicas. Associado ao trabalho de educação de trânsito o projeto incentiva a participação criativa desse público mirim em peças que abordem o tema.

A Polícia Rodoviária Federal não teve nenhuma despesa e/ou gastos na realização de Festival Estudantil Temático – Teatro para o Trânsito.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2000 – Administração da unidade

Uma vez que a presente ação representa a execução de despesas da manutenção da Unidade, dos valores empenhados no exercício totalizando 1.525.343,16, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 120.023,89 – representa 7,87% do valor empenhado na ação – Os deslocamentos ocorreram basicamente em reuniões de trabalhos, destacando as reuniões

organizadas pela CGA, bem como em convocações de servidores para atender desenvolver atividades no DPRF.

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 28.995,28 – representa 2,28% do valor empenhado na ação – Refere-se a aquisição de material de expediente, água mineral, material de copa cozinha e café.

33.90.33 – Passagem Aérea – R\$ 33.370,74 – representa 2,19% do valor empenhado na ação – As aquisições de passagens aérea ocorreram no deslocamentos de servidores para participarem de reuniões de trabalhos ou por convocação de servidores para atender desenvolver atividades no DPRF.

33.90.37 – Locação de Mão-de-Obra – R\$ 825.689,47 – representa 54,13% do valor empenhado na ação – Refere-se a contratos de limpeza e conservação, vigilância armada e serviços terceirizados (copeira, motorista, recepcionista, telefonista, auxiliar de informática)

33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 311.958,33 – representa 20,45% do valor empenhado na ação – Despesas decorrentes dos serviços essenciais tais como fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, serviço de correios, etc...

33.90.47 – Obrigações Tributarias e Contributivas – R\$ 12.759,54 – representa 0,87% do valor empenhado na ação – Despesas executadas no pagamento do licenciamento das viaturas

33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ 66.598,29 – representa 4,37% do valor empenhado na ação – Trata do reconhecimento de dívida de repactuação do contrato de vigilância armada.

33.91.39 – Outros Serv. Terceiros-Pes.Jurid-Op.Intra-Orc. – R\$ 12.306,17 – representa 1,43% do valor empenhado na ação – Executado com despesas de publicações no DOU e EBC.

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 97.750,21 – representa 6,41% do valor empenhado na ação – Foram adquiridos os seguintes equipamentos: Ar-condicionado, Livros, Veículo Administrativo. (Armário tipo roupeiro e bebedouros – inscritos em restos a pagar)

Dos valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ R\$ 153.249,44.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 87.474,34 o que representa 15,86% dos recursos destinados ao Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, que foram destinados a construção do canil.

Dos valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 41.207,59.

Em razão do atraso na entrega do projeto arquitetônico para a construção da sede da 12ª SRPRF/ES, não houve tempo hábil para realização do procedimento licitatório, assim não houve a aplicação dos valores previstos para esta ação.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 8623 – REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 68.505,22 o que representa 12,42% dos recursos destinados ao Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 32.313,10 – que foram destinados a aditivo do Contrato nº 38/2009 – Reforma do Posto de Viana.

44.90.51 – Obras e Instalações – R\$ 36.192,12 – foram destinados a aditivos dos Contrato 039/2009 e 040/2009 – Ampliação e Reforma dos Postos de Linhares e Serra.

Dos valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ R\$ 44.947,59.

No exercício não foi realizada novas contratações. Existe ainda a necessidade da reforma dos Postos de São Mateus e Posto de Safra, que não ocorreu em razão da não liberação de recurso.

Foi realizado o procedimento licitatório para elaboração do projeto básico e executivo para construção do Posto de Domingos Martins, mas não foi contratado em razão da não liberação de recurso.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 395.664,71 o que representa 71,72% dos recursos destinados ao Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 14.182,40 – representa 3,58% do valor empenhado na ação – Foram destinados a contrato de manutenção dos rádios e torres de comunicação.

33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 342.578,25 – representa 86,58% do valor empenhado na ação – sendo que 83% foram executados nos contratos de transmissão de dados e de telefonia, 6,41% contrato de locação de impressora, 8,26% contrato de manutenção dos rádios e torres de comunicação e 0,40% com serviços de manutenção de equipamentos de informática.

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 38.904,00 – representa 9,83% do valor empenhado na ação – foram adquiridos equipamentos (Nobreack, Telefone, Swtch)

Restos a Pagar – R\$ 63.106,17.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não aplicável a UG 200126, não consta na LOA

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não aplicável a UG 200126, não consta na LOA

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	1.153.026,47	155.979,56	0,00	69.824,38
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	1.374.377,88	1.365.634,95	1.195.204,50	1.170.075,34
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	935.834,12	1.993.495,33	671.483,28	968.816,34
Contratações Diretas				
Dispensa	29.877,84	44.498,10	22.216,89	41.483,10
Inexigibilidade	326.273,54	329.786,53	292.140,57	308.154,60
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	8.417,09	4.086,15	8.417,09	3.086,15
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	506.109,47	489.362,75	506.109,47	489.362,75
Outros	141.203,51	140.389,26	140.715,59	139.052,38

Fonte: Siafi 2010

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
31.90.08	34.943,51	10.511,12	0,00	10.511,12	0,00	0,00	34.943,51	10.511,12
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
33.90.30	897.520,11	789.106,70	760.210,25	606.547,32	137.309,86	182.559,38	744.790,25	606.547,32
33.90.37	905.309,35	825.689,47	770.255,31	706.828,62	135.054,04	118.860,85	767.134,56	706.828,62
33.90.39	913.235,75	854.822,39	673.507,86	775.927,05	239.727,89	78.895,34	673.507,86	775.927,05

Fonte: Siafi 2010

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Valores em R\$ 1,00

créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
44.90.51	1.015.926,76	123.666,46	0,00	46.266,75	1.015.926,76	77.399,71	0,00	46.266,75
44.90.52	123.228,70	1.261.017,26	42.937,70	406.277,01	80.291,00	854.740,25	42.937,70	406.277,01
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:Siafi 2010

Os valores liberados no exercício não foram suficiente para a manutenção da unidade, comprometendo a execução dos serviços contratados. Assim não pode ser considerado como redução de gastos os valores executados 2010.

O impacto na execução dos recursos ocorreu especificamente no grupo de despesa 44.90.52 onde foram contratada a aquisição de 14 viaturas sendo que foram entregues no exercício de 2010 apenas 05 as demais ainda estão do prazo de entrega.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Definição de indicadores para tomadas de decisão gerencial que afete a Unidade Jurisdicionada são informadas pela Unidade Orçamentária (200109).

Medição de produtos, serviços e resultados alcançados são repassados à Unidade Orçamentária (200109), que é a responsável em definir os indicadores institucionais, por meio de metodologia voltada a mensurar a viabilidade efetiva desse indicadores.

As metas e indicadores que constam da Lei Orçamentária Anual – LOA para a UO (200109) não são descentralizadas para as Unidade Regionais.

2.4.3.1. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

2.4.3.2. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

2.4.3.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Não há indicador.

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos e Recursos

Não há registro contábeis no SIAFI/2010 nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	19.028,67	0,00	19.028,67	0,00
2008	4.063,65	0,00	4.063,65	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.619.803,86	45.553,31	1.097.117,28	477.133,27
2008	943.538,95	191.454,83	729.848,94	22.235,18
...				

Fonte: Siafi 2010

Os valores referente restos a pagar do exercício de 2008 refere-se a valores glosados do contratado, decorrente da aplicação de multas que estão sendo discutidos via judicial.

O saldo de restos a pagar não processados de 2009 no valor de R\$ 477.133,27, estão em análise para apuração do que será efetivamente executado e será ajustado dentro do prazo previsto pelo Decreto nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010, que prorrogou sua validade até o dia 30 de abril de 2011.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		234		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		01		
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		01		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		26		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total		234		

Fonte: SRH/Siape - Obs. Não incluído na soma os cargos de Provimento de cargo em comissão, em razão da ocupação ser exclusiva de servidor de carreira da UJ, já incluídos item 1.2.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					

1.1.	Membros de poder e agentes políticos					
1.2.	Servidores de Carreira		98	71	36	3
1.3.	Servidores com Contratos Temporários					
1.4.	Servidores Cedidos ou em Licença					
2.	Provimento de cargo em comissão					
2.1.	Cargos de Natureza Especial					
2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior		1			
2.3.	Funções gratificadas		14	10	1	

Fonte: SRH/Siape

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			2	7	129	95			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão						1			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/Siape

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	184	05
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		

1.4	Outras		
2	Proporcional		
2.1	Voluntária		
2.2	Compulsório		
2.3	Invalidez Permanente	03	03
2.4	Outras		

Fonte: SRH/Siape

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	5	2
2. Proporcional		

Fonte: SRH/Siape

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	3	3	3	3	
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	28	28	28	28	108.036,12

Fonte: SRH/Siape

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	
Membros de poder e agentes políticos							
2008							
2009							
2010							
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão							
2008	35.243.743,80		503.895,60	2.726.241,60		64.824,00	38.538.705,00
2009	38.298.734,04		431.726,88	2.243.541,24		64.824,00	41.038.826,16
2010	67.406.448,00		584.474,40	2.212.941,60		73.705,20	70.277.569,20
Servidores com Contratos Temporários							
2008							
2009							
2010							
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença							
2008							
2009							
2010							
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial							
2008							
2009							
2010							
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior							
2008			29.102,76				29.102,76
2009			29.102,76				29.102,76
2010			29.102,76				29.102,76
Servidores ocupantes de Funções gratificadas							
2008			102.756,24				102.756,24
2009			89.562,00				89.562,00
2010			89.562,00				89.562,00

Fonte: SRH/Siape

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200126						CNPJ: 00.394.494/0121-42							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	018/2009	05.276.664/0001-00	25/06/09	24/06/10	8	8					E
			019/2009				2	2					
			020/2009				2	2					
			021/2009				2	2					
			022/2009				3	3					
	024/2009			4	4								
V	O	025/2009	25.183.468/0003-51	27/07/09	26/07/11			2	2			P	
		026/2009						2	2				
2010	L	O	011/2010	07.780.835/0001-50	25/06/10	24/06/11	8	8					A
			012/2010				2	2					
			013/2010				2	2					
			014/2010				2	2					
			015/2010				3	3					

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAF/SICON – OBS: Vigilância considerado Postos de Serviços

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200126						CNPJ: 00.394.494/0121-42							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	7	O	016/2008	30.683.262/0001-69	10/12/08	09/12/10			1	1			E
	1	O	017/2008		10/12/08	09/12/10			7	7			E
	1	O	018/2008		10/12/08	09/12/10			2	2			E
	1	O	019/2008		10/12/08	09/12/10			1	1			E
2009	3	0	006/2009		20/01/09	19/01/11	1	1					E

Observação: No Contrato nº 017/2008 – Recepcionista houve redução de 50% dos postos contratados, no 2º Termo Aditivo

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
Fonte: SAF/SICON

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
024/2009	8	4	SEDE 12ª SRPRF/ES - VITÓRIA
025/2009	8	2	3ª DELEGACIA – GUARAPARI
026/2009	8	2	4ª DELEGACIA – LINHARES
011/2010	7	8	SEDE 12ª SRPRF/ES – VITÓRIA
012/2010	7	2	1ª DELEGACIA – VIANA
013/2010	7	2	2ª DELEGACIA – SERRA
014/2010	7	2	3ª DELEGACIA – GUARAPARI
015/2010	7	3	4ª DELEGACIA – LINHARES

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.
Fonte: SAF/SICON

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo**

Não há indicadores.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

Não há indicadores.

- Rotatividade (turnover)

Não há indicadores.

- Educação Continuada

CURSO	PROMOÇÃO	SERVIDOR	LOCAL	CARGA HORÁRIA	CUSTOS RS
CURSO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO – AVALIAÇÃO DE DANOS E MONTA Processo nº 08.667.000.123/2010-07	12ª SRPRF/ES	38 PRF'S	Cariacica SEST/SENAT	10 horas-aula	0,00
TIRO DE INSTRUÇÃO BÁSICO (TIB) COM O FUZIL AUTOMÁTICO LEVE (FAL) Ofício 720/GAB.SUPER., de 05 de maio de 2010.	12ª SRPRF/ES em parceria com o 38º BI EXÉRCITO BRASILEIRO	09 PRF's	38º BI Vila Velha/ES	07 horas-aula	0,00
CURSO DE HABILITAÇÃO DO EMPREGO DO ESPARGIDOR DE PIMENTA Processo nº 08.667.001.891/2010-70	12ª SRPRF/ES	174 PRF'S e 8 Convidados	Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares	04 horas-aula	672,12
CURSO OPERACIONAL DE ROTAM (RONDA OSTENSIVA TÁTICA MOTORIZADA) Ofício nº 214/2010 – Divisão de Instrução, Polícia Militar do ES, de 19/07/2010	12ª SRPRF/ES em parceria com a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – PMES	01 PRF	CFA, Cariacica/ES	240 horas-aula	0,00
TIRO DE INSTRUÇÃO BÁSICO (TIB) COM O FUZIL AUTOMÁTICO LEVE (FAL) Ofício 720/GAB.SUPER., de 05 de maio de 2010.	12ª SRPRF/ES em parceria com o 38º BI EXÉRCITO BRASILEIRO	17 PRF's	38º BI Vila Velha/ES	07 horas-aula	0,00
CURSO DE PAD Memorando nº 129/2010-GAB.SUP, de 09 de agosto de 2010.	Oferecimento de vagas pela Controladoria Geral da União (CGU)	5 PRF's e ADM's.	Auditório da GRA, Vitória/ES	40 horas-aula	0,00
OPERAÇÃO TEMÁTICA SOBRE TRANSPORTE DE PESO Processo nº 08.667.003.553/2010-72	12ª SRPRF/ES	24 PRF's	Sala de Aula da Sede da 12ª SRPRF	40 horas-aula	4.160,05
CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO Processo nº 08.667.002.966/2009-04	12ª SRPRF/ES	150 PRF'S	Vitória, Cachoeiro do Itapemirim e Linhares	20 horas-aula	4.620,09

- Satisfação e Motivação

Não há indicadores.

- Disciplina

CORRGEDORIA

- Desempenho funcional

Não há indicadores.

- Níveis Salariais

Policial Rodoviário Federal - Nível Superior -			
			1-Jul-10
CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO (R\$)	SUBSÍDIO APOSENTADO (R\$)
INSPETOR	III	10544,14	10544,14
	II	10237,03	10237,03
	I	9938,87	9938,87
AGENTE ESPECIAL	VI	9376,29	9376,29
	V	9103,19	9103,19
	IV	8838,05	8838,05
	III	8580,63	8580,63
	II	8330,71	8330,71
	I	8088,07	8088,07
AGENTE OPERACIONAL	VI	7443,29	7443,29
	V	7369,6	7369,6
	IV	7296,63	7296,63
	III	7224,39	7224,39
	II	7152,86	7152,86
I	7082,04	7082,04	
AGENTE	I	5804,95	5804,95

Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
(Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal)

- Nível Auxiliar -										julho de 2009				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	GEAAPRF		GDATPRF (*)		ATIVO (em R\$)		TOTAL	GDATPRF (*)	APOSENTADO	GDATPRF R\$/ponto	Pontos Ativos - art 158	Valor Aposentados R\$
					80 pts	100 pts	80 pts	100 pts		50 pts	TOTAL (em R\$)			
		A	B		C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)		G	H=(A+B+G)			
	II	1660,84	140,00		318,40	398,00	2.119,24	2.198,84		199,00	1.999,84	3.980,00	80	199,00
Especial	I	1657,64	139,00		315,56	394,45	2.112,20	2.191,09		197,23	1.993,87	3.944,50	80	197,23
		1654,45	138,00		312,74	390,93	2.105,19	2.183,38		195,47	1.987,92	3.909,30	80	195,47

- Demandas Trabalhistas

Não há indicadores.

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das			X		

instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	texto				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	texto				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos	texto				

sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	texto				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	texto				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	texto				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Espírito Santo	10	10
	5705 - VITORIA	1	1
	5701 - VIANA	1	1
	5709 - IBATIBA	1	1
	5699 - SERRA	1	1
	5649 - IBIRACU	1	1
	5647 - GUARAPARI	1	1
	5623 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	1
	5663 - LINHARES	2	2
	5697 - SAO MATEUS	1	1
Total Brasil		10	10

Fonte: MP / SPU / Sistema Spiunet

A Unidade não possui imóveis alugados de terceiros, assim, não foi preenchido o quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200126 - 5705	5705.00337.500-8	Próprio	Muito Bom	1.579.648,18	01/09/2000			
200126 - 5701	5701.00002.500-3	Próprio	Muito Bom	208.958,01	01/09/2000			
200126 - 5709	5709.00019.500-1	Próprio	Muito Bom	54.349,13	01/09/2000			
200126 - 5699	5699.00012.500-2	Próprio	Muito Bom	383.896,16	01/09/2000			
200126 - 5649	5649.00005.500-8	Próprio	Muito Bom	40.588,84	01/09/2000			
200126 - 5647	5647.00011.500-4	Próprio	Muito Bom	166.147,32	01/09/2000			
200126 - 5623	5623.00018.500-5	Próprio	Muito Bom	177.085,50	01/09/2000			
200126 - 5663	5663.00029.500-4	Próprio	Muito Bom	864.816,25	01/09/2000			
200126 - 5663	5663.00031.500-5	Próprio	Muito Bom	149.867,57	01/09/2000			
200126 - 5697	5697.00016.500-8	Próprio	Muito Bom	388.031,51	01/09/2000			

Total	Σ	Σ
-------	---	---

Fonte: MP / SPU / Sistema Spiunet

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Os registros dos imóveis no SPIUNET, não estão sendo atualizados e não há registro de reavaliação do imóveis.

Existe ainda pendencias na regularização dos documentos por parte da GRU/ES, em decorrência de questionamento por parte do DNIT quanto a transferências para União dos imóveis do extinto DNER.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		

10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><u>Níveis de avaliação:</u></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

11. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Inexiste tal situação no âmbito da 12ª SRPRF/ES

12. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

12.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

12.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

12.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício


Na 12ª SRPRF/ES não recebeu no exercício nenhuma equipe de auditoria, assim não há registro para informação do itens acima.

ANEXOS I

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Declaro que as informações referentes aos contratos administrativos e convênio firmados com o Centro de Integração Empresa Escola do Espírito Santo, referentes ao exercício de 2009, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Em 30 de março de 2011.


Roberto Bartolini Coutinho
Chefe Substituto da Seção Administrativa e Financeira

ANEXOS II

II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins que as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10/11/1993, relacionadas a entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, estão sendo cumpridas nos termos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, 06/09/2007, publicada no DOU de 11/09/2007.

Vitória/ES, 25 de março de 2011.



VALMIR BORGES DA ROCHA
Chefe da Seção de Recursos Humanos
12ª SRPRF/ES

ANEXOS III

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

No exercício de 2010, os valores foram detalhados no Sistema do Cartão de Pagamento – SCP, não houve registro de saque com Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF e sua utilização ocorreu com base nas disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008


CPF SUPRIDO	VALORES GASTOS COM CARTÃO		APLICAÇÃO
	2009	2010	
031.915.047-02	1.828,53	1.344,17	Sede da 12ª SRPRF/ES - Vitória
007.759.517,30	940,09	88,70	1ª Del/12ª SRPRF/ES - Viana
925.071.077-15	1.371,55	675,82	2ª Del/12ª SRPRF/ES - Serra
897.552.277-68	458,96	779,36	3ª Del/12ª SRPRF/ES - Guarapari
985.624.527-34	3.613,92	402,20	4ª Del/12ª SRPRF/ES - Linhares

ANEXOS IV

IV - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):	Código da UG:		
12ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/ES	200126		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; e</p> <p style="margin-left: 40px;">b) Saldos contábeis dos bens no SIAFI não conferem com o RMA e RMB.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p style="margin-left: 40px;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7


José Carlos Gomes
 CCNT/PROG/SEM/J
 Coordenador